

Governo impõe medidas rígidas para rolar ~~dividas~~ ^{dívidas} de estados

Eli Teixeira

BRASÍLIA — O governo federal está disposto a renegociar as dívidas dos estados, mas em troca exigirá que cumpram um apertado programa de ajustes de 24 meses. O estado que começar o programa e parar no caminho será punido, inclusive com suspensão da ajuda. O programa implicará medidas impopulares, como corte nos gastos com salários, que obrigatoriamente não poderão passar de 65% das receitas dos estados, incluindo transferências federais.

A renegociação das dívidas dos estados com o governo federal, que somam US\$ 60 bilhões, faz parte da política do Ministério da Economia para evitar um déficit de todo o setor público. Segundo um assessor do ministro Marcílio Marques Moreira, cada estado que concordar com o programa poderá pagar suas dívidas em 20 anos, mas se compromete a organizar suas finanças para que sobre todo mês 10% de receita para investimentos, 15% para pagamento das di-

vidas e 10% para custeio da máquina administrativa.

Até o final desta semana estará pronto no Ministério da Economia o programa, que terá cláusula prevenindo suspensão da rolagem das dívidas em títulos toda vez que uma meta não for cumprida, a exemplo do que faz o FMI com os países que assinam cartas de intenção. Em troca de facilidades para equilíbrio das finanças dos estados, o governo federal quer dos governadores apoio para as emendas constitucionais que enviará ao Congresso até o final de setembro. Das emendas, apenas uma tem o apoio irrestrito dos governadores: o fim da estabilidade de emprego para o funcionalismo públicos federais, estaduais e municipais. Outra emenda que conta com a simpatia dos governadores é a que permitirá a irredutibilidade dos salários dos servidores, o que abrirá portas aos governadores para que demitam os marajás de seus estados. O governo federal quer ainda apoio dos governadores para uma ampla reforma tributária, neste mo-

mento em estudo por uma comissão de *notáveis*. Há crença no Ministério da Economia de que os governadores só apoiarão qualquer emenda tributária se não perderem arrecadação. Entre outras coisas, a comissão tenta encontrar uma fórmula que permita aumentar a arrecadação, sem onerar trabalhadores e empresas. A idéia é ampliar a base de arrecadação, ou seja, conseguir cobrar impostos de setores da economia que hoje nada pagam ou simplesmente sonegam.

☐ A Procuradoria Geral da República, atendendo a representação do deputado Luiz Gushiken (PT-SP), instaurou inquérito para apurar denúncias de irregularidades no refinanciamento da dívida dos usineiros com o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil no valor global de Cr\$ 574 bilhões. As procuradoras Déborah Macedo Duprat, Raquel Elias Ferreira e Maria Isabel Gallotti, autoras da ação, informaram que o inquérito pode resultar em outros processos, inclusive criminal, caso se comprovem irregularidades no refinanciamento das dívidas. As autoras da ação estão requerendo a lista dos devedores.